

AÇÕES E OBSTÁCULOS VIVENCIADOS AO LONGO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – PROJETO DE INTERVENÇÃO EDUCANDO PARA O FUTURO – MOITA BONITA/SE

Viviane Mota de Gois¹
Madyane Trindade Oliveira²



RESUMO

Este artigo objetiva apresentar as ações realizadas no decorrer da prática do Estágio Supervisionado II, dando respaldo a elaboração e execução do Projeto de Intervenção “Educando para o Futuro”. O qual teve como principal eixo orientador, uma das principais problemáticas sociais vivenciadas ao longo de dois semestres de aprendizado contínuo com a prática profissional, na Secretaria de Assistência Social e do Trabalho localizada no município de Moita Bonita/SE. A partir de pesquisas bibliográficas foi possível investigar e descrever de forma minuciosa a Política da Assistência Social, que em consonância com o estudo institucional, possibilitou o ensejo de construir um diagnóstico social da Secretaria de Assistência Social de Moita Bonita, Estado de Sergipe, auxiliando na identificação das principais problemáticas sociais existentes no município, visando a construção e a execução do mencionado projeto de Intervenção. As etapas de aprendizagem proporcionaram uma reflexão crítica operativa acerca das problemáticas sociais inseridas em âmbito profissional, comprovando mais uma vez a importância de conhecer a experiência profissional vivenciada pelos profissionais de Serviço Social em seu cotidiano.

PALAVRAS – CHAVE

Estágio Supervisionado I e II; Projeto de Intervenção “Educando para o Futuro”; Município de Moita Bonita/Sergipe.

ABSTRACT

This article aims to present the actions carried out during the practice of Supervised Internship II, giving support to the elaboration and execution of the Intervention Project "Educating for the Future". The main orientation was one of the main social problems experienced during two semesters of continuous learning with professional practice, in the Department of Social Assistance and Labor located in the municipality of Moita Bonita / SE. Based on bibliographical research, possible to investigate and describe in detail the Social Assistance Policy, which, in consonance with the institutional study, made it possible to construct a social diagnosis of the Social Assistance Secretariat of Moita Bonita, State of Sergipe, assisting in the identification of the main social problems in the municipality, aiming at the construction and execution of the aforementioned Intervention project. The learning stages provided a critical operational reflection on the social problems inserted in professional scope, proving once again the importance of knowing the professional experience experienced by Social Service professionals in their daily life.

KEYWORDS

Supervised Internship I and II. Intervention Project "Educating for the Future". Municipality of Moita Bonita / Sergipe.

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado tem uma função extremamente significativa no processo de formação profissional do acadêmico de Serviço Social, vez que he acarreta uma capacitação teórica e metodológica. Ou seja, possibilita ao discente uma aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais com a apropriação e experiência do exercício profissional.

Além de oportunizar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional, o estágio curricular possibilita ao estudante o conhecimento das distintas relações sociais que compõem o tecido social vigente.

A vivência do aluno neste campo, acarreta de forma direta ou indireta numa capacitação reflexiva e analítica acerca da execução do Serviço Social, auxiliando-o numa qualificação coerente e adequada às novas exigências contemporâneas. Além disso,

[...] [o] estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-operativo do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob supervisão direta de um Assistente Social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade

realizada por um(a) professor(a) de Serviço Social [...] que assume o papel de supervisor acadêmico. (IAMAMOTO, 1998, p. 290).

Diante disso, este artigo visa apresentar as principais experiências vivenciadas e desenvolvidas durante o percurso do Estágio Supervisionado na Secretaria de Assistência Social e do Trabalho da cidade de Moita Bonita -SE, assim como o estudo institucional, os objetivos, a política setorial da assistência social, o diagnóstico social e consecutivamente a proposta de intervenção a ser efetivada na localidade durante a realização do estágio II, dando respaldo ao principal objetivo do mesmo, sendo este a elaboração e execução do Projeto de Intervenção "Educando para o Futuro".

Ademais, teve como principal eixo orientador, uma das principais problemáticas sociais vivenciadas ao longo desses dois semestres de aprendizado contínuo com a prática profissional, na Secretaria de Assistência Social e do Trabalho (SMAS) localizada no mencionado município.

A partir de pesquisas bibliográficas foi possível investigar e descrever de forma minuciosa a Política da Assistência Social, que em consonância com o estudo institucional, possibilitou o ensejo de construir um diagnóstico social da Secretaria de Assistência Social de Moita Bonita, Estado de Sergipe, auxiliando na identificação das principais problemáticas sociais existentes no município, visando à construção e a execução do projeto de Intervenção "Educando Para o Futuro".

2 CONHECIMENTO VIVENCIADO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MOITA BONITA/SE

Durante a realização do Estágio Supervisionado I, a ênfase primordial recaiu sobre a observação e a discussão acerca da atuação da Assistente Social na instituição, servindo tal análise, em conjunto com entrevistas semiabertas como referencial para construção do estudo institucional.

Essas etapas de aprendizagem proporcionaram uma reflexão crítica operativa acerca das problemáticas sociais inseridas em âmbito profissional, comprovando cientificamente mais uma vez a importância de conhecer a experiência profissional vivenciada pelos profissionais de Serviço Social em seu cotidiano.

Para efetivação de tal experimento, o estudo contou com o auxílio da Supervisora de Ensino e da Supervisora de Prática. Mas, vocês podem estar se perguntando: Qual a função de cada uma delas? Em que elas auxiliaram e quais as diferenças entre ambas?

Para não existirem mais este tipo de dúvidas e indagações ao leitor, torna-se necessário uma descrição detalhada sobre suas respectivas atribuições. A Supervisora de Ensino é responsável pela docência, ou seja, é ela que supervisiona e articula os conhecimentos teóricos referentes à prática profissional vivenciada, orientando as situações emergentes da realidade social vivenciada. Já a Supervisora de Prática acompanha diariamente as atividades exercidas pelo aluno em seu campo de estágio, propiciando a ele o privilégio de abstrair conhecimento concomitante à prática profissional e ao ensino acadêmico.

Em síntese, cabe ao supervisor contribuir com o aluno na particularização da problemática que envolve a ação profissional no tocante às especificidades dos organismos institucionais, o que exige uma apropriação ao projeto acadêmico-pedagógico do curso e, às orientações adotadas no ensino da prática. (IAMAMOTO, 1999, p. 206).

Após o conhecimento acerca dos trâmites e processos burocráticos necessários para efetivação da experiência no exercício prático do Assistente Social, torna-se necessário debruçar-se sobre a contextualização do estudo institucional da localidade onde obtive o privilégio de abstrair conhecimentos sobre a prática profissional, os quais serão descritos ao decorrer do texto.

Por meio de pesquisas documentais e bibliográficas foi constatado que em 31 de março de 1993, foi implantada no município de Moita Bonita a Secretaria Municipal de Ação Social e do Trabalho, com referência no decreto da Lei Municipal nº 083/93; a qual estava atrelada à sede da prefeitura municipal da residente cidade, com horário de funcionamento de segunda a sexta das 7 às 13 h, onde permeou por um período de dois anos, tendo como funcionários a Secretária de Ação Social e a auxiliar de serviços gerais. Entretanto, o Conselho de Assistência Social foi criado apenas em 30 de outubro de 1995, com referência no decreto da Lei Municipal nº 137/95. Com o objetivo de incrementar algumas alterações pendentes, este foi reformulado no dia 21 de novembro de 2008 por meio do decreto de nº 358/2008.

Moita Bonita é uma pequena e “pacata” cidade do interior que possui uma área de 95,82 Km². Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, sua população é de 10.764 habitantes, sendo que desses 3.628 residem na zona urbana e 7.136 na zona rural. Localiza-se na zona central do Estado de Sergipe, na microrregião do Agreste de Itabaiana, limitando-se ao norte com Nossa Senhora das Dores, ao sul com Itabaiana, ao leste com Malhador e Santa Rosa de Lima e a oeste com Ribeirópolis. Sua origem se deu a partir de uma pequena aglomeração de sítios numa região elevada, denominada “Alto do Coqueiro”.

A denominação Moita Bonita surgiu devido à existência de muitas árvores bonitas e frondosas na localidade Alto do Coqueiro, especialmente uma figueira e por existir nas proximidades um povoado chamado Moita de Cima.

Apesar de ser um município de pequeno porte, este vem se desenvolvendo aos poucos, sendo que uma de suas principais atividades econômicas é o transporte de carga. Os principais produtos cultivados no solo moitense é a batata doce, mandioca, feijão, amendoim, milho e inhame, prevalecendo a agricultura praticada em minifúndios.

Algumas das manifestações folclóricas existentes no município como a dança de São Gonçalo e do Martelo, o grupo de Zabumba, o samba de roda e de coco desapareceram, porém, as escolas tentam resgatá-las. Permanecem “vivas” as festas de Santos Reis, as festas juninas, as pescarias, as brincadeiras de roda, as novenas, o embeleço e os leilões.

Destaca-se no caráter religioso a prática do protestantismo e do catolicismo predominante com novenários, destacando-se a festa de Santa Terezinha, padroeira da cidade, realizada no mês de outubro.

Durante uma entrevista, uma funcionária relatou que as ações desenvolvidas durante o período inicial da S Mast se restringiam ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que funcionava na área urbana e nos povoados Capunga, Serrinha, Campo Grande, Lagoa Seca e Lagoa do Capunga. A outra atuação estava atrelada ao “Pagamento da Frente do Trabalho” que era um programa do Governo Estadual, direcionado as pessoas carentes que não possuíam meios de trabalhar na agricultura, em virtude do longo período de seca em que a localidade estava sujeita. Os beneficiários eram “escolhidos” pelos membros designados pela gestão municipal e recebiam um benefício em valor monetário inferior a um salário mínimo, e em troca prestavam serviços estabelecidos pela prefeitura em média duas vezes por semana, como, por exemplo, a drenagem e a limpeza das estradas.

A funcionária também narrou que os principais problemas detectados na instituição eram a falta da sede própria e a escassez da tecnologia avançada, uma vez que o trabalho era realizado em máquinas de datilografar, em virtude de ainda estar sendo implantado o sistema de informática, pois, a prefeitura só tinha um único computador.

Em 1999, ainda durante a gestão de Lêda Maria Costa Barreto, sua estrutura física foi transferida para a sede (imóvel alugado) localizada na Rua São Vicente, nº 141. A referida secretaria surgiu com o intuito de construir mecanismos que amenizassem os problemas decorrentes dos grupos carentes populacionais do município, abrangendo crianças, adolescentes, deficientes, nutrizes, mães, gestantes, desempregados e idosos.

Ou seja, surgiu com o desígnio de proporcionar procedimentos a população usuária que esteja em estado de vulnerabilidade social para que estes possam melhorar sua qualidade de vida, em consonância com a Constituição da República Federativa Brasileira de 5 de outubro de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). É de grande respaldo destacar que durante o surgimento da instituição, um dos maiores desafios foi adaptar meios que favorecessem a execução das atividades descritas anteriormente.

Com o intuito de adequar a execução dessas políticas públicas e, convicta da necessidade de contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos moitenses, a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho desenvolveu um projeto em prol dos usuários que necessitavam desses serviços. É de extrema necessidade destacar que durante esse período ainda ocorria uma imensa prática de assistencialismo¹ e

1 O Assistencialismo é uma prática de doações voluntariadas e imediatistas, realizadas por pessoas, organizações governamentais ou entidades da sociedade civil, que prestam assistência (como por exemplo, alimentos, medicamentos, e entre outros gêneros de necessidades urgentes) destinada a população mais vulnerável, com o objetivo de “superar” as exclusões sociais, entretanto, só amenizam a situação do indivíduo naquele momento. Já a Assistência Social é uma política pública de atenção e defesa de direitos, que foi regulamentada em 1993 através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estando esta atrelada a práticas assistenciais que ajudam o cidadão a encontrar alternativas plausíveis para “sair” do estado de calamidade em que se encontra. A mesma possui como objetivo a proteção á família, a maternidade, á velhice, a promoção e integração ao mercado de trabalho, a habitação e a reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção e sua integração à vida comunitária. Ambas visam atender as necessidades dos indivíduos que não dispõem de recursos suficientes, porém, com prestação de políticas diferenciadas.

que o público alvo do projeto descrito abaixo era formado por indivíduos, famílias, grupos e comunidades carentes.

Especificidade do projeto:

- Adquirir aparelhos para cidadãos portadores de deficiência física;
- Oportunizar ações de integração social a jovens desempregados, que possuíam faixa etária entre 14 e 18 anos;
- Oferecer auxílio funcional as pessoas carentes;
- Implantar atividades geradoras de emprego e de renda;
- Proporcionar melhores condições de moradia para a população;
- Garantir o acesso da população a informação dos seus direitos;
- Oferecer condições de lazer, resgatando a cultura popular;
- Implantar grupos de associações de moradores, visando à organização, participação e o desenvolvimento da cidadania.

Em 2001, assume como gestor municipal Marcos Antônio Costa e, consecutivamente emerge como substituta de Maria Vera Lúcia Mota (transferida para o cargo de coordenadora do PETI) na Secretaria de Assistência Social, a esposa do prefeito em gestão Maria de Fátima de Jesus Costa, permanecendo nele até o mandato vigente. E a ex-gestora municipal Lêda Maria Costa Barreto que esteve no cargo durante o primeiro semestre, assumiu um cargo na Secretaria do Estado de Sergipe, durante o governo de Albano Franco.

Durante essa gestão, a equipe técnica da Secretaria de Assistência Social estava pautada nas seguintes atribuições: Coordenação do PETI, Assistente Social, Auxiliar de serviços gerais, Coordenação do Agente Jovem e Auxiliar Administrativa.

Foram desenvolvidos, ao decorrer deste percurso, os seguintes projetos e programas: PETI, Programa de Ação Continuada (crianças com faixa etária de 0 à 6 anos), Programa de Agente Jovem de Desenvolvimento Social Humano, e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ainda durante a gestão de Marcos Antônio Costa, a Secretaria de Assistência Social foi transferida para outro imóvel alugado, localizado na Rua João Rodrigues, nº 91. Durante esse período o município é lisongeadamente reconhecido pela inovação e eficácia das políticas públicas implantadas, que buscavam contribuir com o fortalecimento da participação popular e do trabalho em parceria e ininterruptamente com a ampliação da cidadania.

Tais políticas se consolidavam por meio da humanização no atendimento, transferências e solicitação das esferas no governo estadual e federal. No entanto, em virtude das contradições que ocorriam no município, apesar deste ser de pequeno porte, ainda eram escassas perspectivas que visassem à melhoria da renda per capita da população, em decorrência de praticamente inexistir um crescimento no setor econômico interno, devido à falta de investimentos concretos no setor secundário e terciário.

Em consonância de tais decorrências, foram buscadas alternativas plausíveis por meio de outras parcerias com entidades governamentais, com o intuito de amenizar tais

problemáticas. Dentre os grandes avanços obtidos por esta secretaria, destaca-se a implantação de dois *Centros de Referência de Assistência Social* (CRAS) um em 04/03/2003 (sede), e o outro em janeiro de 2008 (Povoado Candeias), estando estes voltados e comprometidos com as problemáticas sociais e objetivando o exercício da cidadania.

Os projetos desenvolvidos no CRAS têm como base o oferecimento de condições, meios e processos de melhorar a qualidade de vida, por meio das atividades desenvolvidas com o intuito de geração de renda, ao tempo em que busca proporcionar aos grupos de famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social, condições, meios e processos para superar ou amenizar essa situação.

Em janeiro de 2005, Gloria Grazielle da Costa assume a Prefeitura Municipal de Moita Bonita como gestora municipal, sendo que em 2008 consegue a reeleição, a qual permanece em vigor até os dias atuais. Durante esse período, a Prefeitura Municipal em parceria com as demais instituições vem viabilizando ações de comprometimento com o processo de inclusão social, uma vez que acredita e confia que este é o percurso correto para transformar a sociedade de Moita Bonita.

A Secretaria de Assistência Social monitora, acompanha e desenvolve a gestão, sendo que as atividades são centralizadas no CRAS, que é uma repartição atrelada à assistência, porque o Fundo Municipal recebe os recursos onde ela executa as ações e paga a equipe do PAIF² (tem 02 Assistentes Sociais, 02 Psicólogos e 02 Técnicos Administrativos). No que diz respeito ao pagamento da coordenadora, este é executado pela Prefeitura Municipal. É de imenso respaldo frisar que o CRAS é a estrutura física e o PAIF estratégias utilizadas para garantir o desenvolvimento de ações que privilegiam o fortalecimento dos grupos familiares vulnerabilizados, como, por exemplo, palestras socioeducativas, resgatos culturais, Pró-Jovem, dentre outros.

Sua estrutura física compreende um imóvel alugado pela Prefeitura Municipal composto por 07 ambientes: quatro salas, sendo que uma destas é destinada a reuniões; um banheiro, uma cozinha e uma varanda. Cabe frisar que no mesmo local funciona o Posto Avançado de Identificação, o qual possui a função de iniciar o processo de confecção de carteiras de identidade dos indivíduos que se dispuserem a solicitar na localidade. O quadro de funcionário está estruturado da seguinte maneira:

- Assistente Social
- Técnico Administrativo
- Coordenação da Secretaria
- Coordenação do PETI
- Agente da Secretaria de Segurança Pública
- Secretária
- Serviços Gerais

As metas são pactuadas a nível federal anualmente por meio dos planos de ações, visto como, para que os recursos sejam repassados ao município, a Secretaria

2 PAIF é um programa de Atenção Integral à Família, que é instituído dentro do CRAS.

de Assistência Social e do Trabalho deve preencher os planos de ações realizadas anualmente. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) (repassa o dinheiro) possui o prazo do ano inteiro para repassar o recurso fundo a fundo para a prefeitura e os descontos específicos para cada programa, posteriormente, o gerenciamento é realizado pela Ação Social, sendo que esta descentraliza as ações para cada local.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho de Moita Bonita atende em média 6.560 ações anualmente e está habilitada como porte 01, em virtude de o número da população da localidade ser inferior a 25 mil habitantes, sendo que dentro deste porte temos:

- **Atenção Básica:** é o piso básico fixo, que consiste no recurso repassado do Governo Federal para o Governo Municipal, onde é contratada a equipe do CRAS e dentro desta está inserida as ações com crianças, adolescentes, adultos e idosos;

- **Média complexidade:** incide no PETI que foi implantado desde 1999 para crianças e adolescentes, hoje o município atende 480 crianças e adolescentes que são acolhidas na jornada ampliada no horário inverso ao da escola, sendo 10 na zona rural e 01 na zona urbana. Elas têm acesso a orientações pedagógicas, recreativas, inclusão digital, aulas de violão, esportivas, resgate da cultura local e encaminhamentos para atendimento odontológico, médico de prevenção e orientação social. O PETI não pode funcionar dentro do CRAS porque ele é de Média Complexidade, sendo que este último está inserido no Piso Básico Fixo. Já o Pró-Jovem (existe 01 no povoado Candeias, e outro na sede em Moita Bonita) pode ser executado dentro do CRAS, desde que tenha espaço físico disponível.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho de Moita Bonita por meio da universalização e da defesa dos direitos humanos, desenvolve conjuntamente com o Serviço Social, englobando o CRAS I e II um sistema de ações, projetos e benefícios articulados, os quais serão descritos de forma sucinta logo abaixo:

- *Projeto Cidadania na Terceira Idade e Projeto Viva o Idoso:* ambos vêm desenvolvendo atividades direcionadas para um envelhecimento saudável;

- *Projeto Despertando para uma Nova Vida:* atende as mães que tenham filhos com a faixa etária entre 0 a 6 anos, são desenvolvidas atividades socioeducativas, visitas domiciliares e construção de enxoval pelas próprias gestantes;

- *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil_PETI;*

- *PROJOVEM:* foi implantado no município em maio de 2008 e é direcionado aos jovens de faixa etária entre 15 e 18 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens egressos vinculados a programas e serviços da proteção social e especial. São desenvolvidas oficinas de aeróbica, esporte (vôlei, futsal e capoeira), aulas de dança de rua e palestras com diversos temas específicos;

- *Projeto Vivendo a Arte através da Música:* possui como público alvo crianças de 07 a 16 anos de idade, sendo que as ações desenvolvidas são socioeducativas (cidadania e oficina de voz e violão);

- *Projeto Eu Conheço Meus Direitos:* é realizado com os alunos do PROJOVEM, com ações socioeducativas e de cidadania (informática, esporte, lazer, curso de xilografia, pintura em tela e canto oral);

- *Projeto Construindo a Autoestima*: é direcionado para o público juvenil de 18 a 24 anos, sendo que eles participam de oficinas de informática, capacitação e geração de renda, música/violão, arte e resgate cultural;

- *Projeto Inclusão Produtiva*: é propiciado para os adultos oficinas de alfabetização, capacitação de corte e costura, produção e venda;

- *Projeto Geração de Renda*: é destinado aos jovens e adultos, onde eles participam de cursos de informática, artesanato, três topologias, produção e venda;

- *Projeto Apicultura como Gerador de Renda*: executa curso de aperfeiçoamento e empreendedorismo, aulas práticas, produção e venda, também é destinado para os adultos;

- *Projeto Tecendo o Futuro-PSB*: possui como público alvo as famílias da atenção básica, sendo oferecido oficinas de cidadania, acompanhamento psicossocial, visitas domiciliares e oficinas de corte e costura industrial;

- *Bolsa Família*;
- *Benefício de Prestação Continuada_BPC*;
- *Benefícios eventuais*;
- *Atendimentos individuais e de grupos*;
- *Encaminhamentos*;
- *Cadastramento único*;
- *Relatórios sociais*;
- *Visitas domiciliares*;
- *Palestras comunitárias*.

É de fundamental importância relatar que é realizada interface com as demais políticas setoriais, ou seja, parcerias com instituições governamentais e não governamentais que viabilizam o atendimento integral as famílias necessitadas, sendo estas:

- Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- EMDAGRO;
- SEBRAE;
- Banco do Brasil;
- COOPERAFS;
- Escola Municipal Áustria;
- Associação de Assistência Social Josias Costa;
- Associação Comunitária de Moita Bonita.

A mesma possui como principais objetivos:

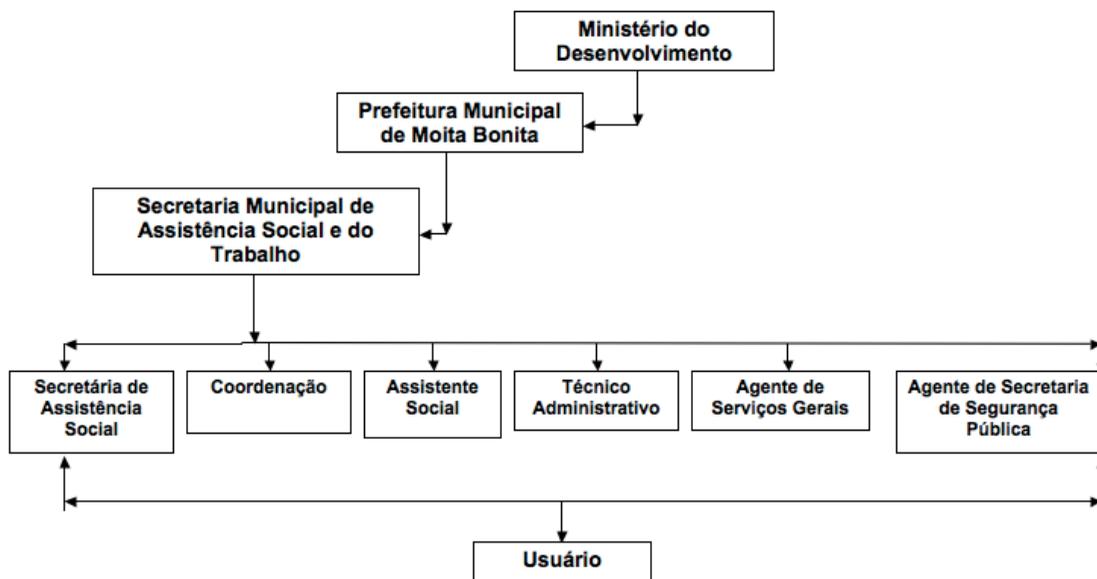
Potencializar as ações desenvolvidas no interior do sistema descentralizado e participativo, enfatizando os meios de superação inclusão social e o enfrentamento à pobreza. Tendo como absoluta prioridade o atendimento integral às famílias,

focalizando a justiça social e a ampliação do atendimento aos direitos fundamentais de cidadania.

Portanto objetiva-se [...] viabilizações com comprometimento em fazer do processo de inclusão social a via correta e direta de transformação da sociedade, baseada nos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, que integra o conjunto de garantias de direitos previstos na Constituição Federal de 1988, priorizando ações de capacitação e geração de renda que tenham como foco a família e sua emancipação social. (RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MOITA BONITA DE 2008, [n.p.]).

Em resumidas palavras, o objetivo principal da secretaria é capacitar à população e tentar retirá-los da linha de vulnerabilidade, uma vez que a maioria ainda não se conscientizou de seus direitos. Infelizmente, muitos deles não se habilitam a participar dos programas, preferindo pedir “benesses” aos políticos, tornando-se assim visível a necessidade de um trabalho de sensibilização com esses indivíduos (ORGANOGRAMA 1).

Organograma 1 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Assistência Social e do Trabalho



A Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho desenvolve no município um conjunto de ações fortalecedoras, com o objetivo de prevenir a violação dos direitos dos indivíduos e consecutivamente amenizar a vulnerabilidade social da localidade. Os serviços prestados são pautados nos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Norma Operacional Básica (NOB) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as quais estabelecem os serviços assistenciais que promovem a geração de renda das famílias beneficiárias, e o desenvolvimento social. Contudo, são viabilizados objetivos que foram mencionados anteriormente, sendo que estes permeiam a conduta dos profissionais da localidade.

Ao longo do percurso histórico de formação à que foi submetida, ela vem prestando importantes serviços ao usuário, como, encaminhamentos (para o BPC, aposentadoria, benefícios revisados, dentre outras áreas), orientações, serviços, programas e projetos, tendo como interlocutores o CRAS, a Secretaria Municipal da Saúde, a Secretaria Municipal da Educação, como meios de viabilização das ações, promovendo o atendimento de forma equânime adequado à demanda municipal e alguns benefícios eventuais como aquisição de óculos, urnas funerárias, ajuda para complementação de alimentação e de passagens, entre outros, conforme a demanda emergente e encaminhamentos das Assistentes Sociais.

Os programas desenvolvidos de forma específica na Secretaria de Assistência Social e do Trabalho estão pautados em:

- *Benefício de Prestação Continuada (BPC)*

É um direito estabelecido na Constituição Federal de 1988 de propiciar aos idosos com idade mínima de 65 anos, e aos deficientes incapacitados de trabalharem para provir seu sustento ou de ser provido por sua família, um benefício referente a um salário mínimo mensal. Em ambos os casos, a renda per capita familiar mensal deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo.

Ele é gerido, acompanhado e avaliado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é responsável por sua operacionalização, e os recursos destinados proveem do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

- *BPC na Escola*

O BPC na Escola está contido na Portaria Interministerial nº 18, onde cria o "Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social BPC/LOAS". O mesmo possui como prioridade a inserção da educação para os deficientes com faixa etária compreendida entre 0 e 18 anos de idade, ao mesmo tempo que amplia o acesso desses indivíduos as políticas sociais.

- *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*

O PETI compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de duas ações, sendo uma delas o serviço socioeducativo (direcionado para as crianças e adolescentes que estão afastados do trabalho precoce) e a outra a transferência de renda para a família dos mesmos.

Ele é direcionado para crianças e adolescentes que eram vítimas da exploração do trabalho infantil, com idade inferior a 16 anos e que estejam matriculados regularmente no ensino escolar, sendo que possui como objetivo contribuir para a erradicação do trabalho infantil.

O perfil dos usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho de Moita Bonita-SE é composto por um público de crianças e adolescentes do PETI, pessoas portadoras de deficiência – BPC, idosos – BPC, famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e a população em geral do município que se encontra em risco de vulnerabilidade social.

A origem do Serviço Social na instituição teve início após o surgimento do Conselho de Assistência Social, estando atrelada à prática politicamente filantrópica. Durante esse período, a Assistente Social não exercia sua prática de forma ética e coerente, em virtude de não assumir seu cargo com responsabilidade, servindo de certa forma como “tapa buraco”.

Ao decorrer do tempo, emerge na cidade de Moita Bonita e consecutivamente na instituição, a necessidade de um profissional que fosse capaz de transcender os limites que a prática profissional estava pautada na localidade e de contribuir para o cenário de desigualdade e exclusão social que permeava no município. Esse profissional deveria ser capaz de universalizar a Assistência Social por políticas públicas e de contribuir para a autonomia dos cidadãos, por meio da utilização dos seguintes princípios:

- Respeito à individualidade, à igualdade de gênero e as diversidades;
- Prática democrática;
- Visão sistêmica;
- Ênfase na competência;
- Delegação com autonomia;
- Busca na excelência da prestação de serviços.

Com a inserção de um profissional ético e comprometido, o Serviço Social passa a desenvolver na instituição um conjunto de ações fortalecedoras, com o objetivo de prevenir a violação dos direitos dos indivíduos e consecutivamente amenizar a vulnerabilidade social na localidade. Ele desenvolve atividades previstas no art. 23 (Seção III - dos serviços) da LOAS, as quais visam à melhoria da qualidade de vida da população, cujas ações estão direcionadas para as necessidades básicas dos cidadãos moitenses, à medida que observa os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na lei mencionada anteriormente.

Atualmente, as ações e os serviços prestados estão direcionados ao atendimento do usuário, visitas domiciliares, relatórios sociais, acompanhamento com as crianças do

PETI, encaminhamentos eventuais e do BPC, cadastramento único, projetos de geração de renda com as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, ainda, parcerias com o Conselho Tutelar, a educação, a justiça e a saúde da cidade de Moita Bonita-SE.

No que concerne aos projetos desenvolvidos pelo Serviço Social na instituição, em 2006 foi elaborado e executado um Projeto de Trabalho Social (PTS) com o intuito da construção de 30 unidades habitacionais na zona urbana e rural a serem realizadas no município de Moita Bonita. Esse projeto era direcionado para as famílias de baixa renda que recebiam até um salário mínimo, cujas principais atividades econômicas são a agricultura de subsistência, sendo que algumas dessas possuem atividade fixa.

O objetivo geral do PTS era promover ações voltadas para viabilização da interação social, geração de renda e resgate da autoestima entre as 30 famílias beneficiadas e os específicos eram: reunir as famílias beneficiárias e as Secretarias Municipais para divulgar o projeto e traçar direcionamento das ações; estimular a possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos beneficiários a partir da higiene pessoal e ambiental; motivar ações educativas voltadas às questões de saúde, saneamento básico e controle de vetores; trabalhar a população para o recebimento das benfeitorias, estimulando a gestão, conservação e manutenção do bem produzido; oferecer curso de geração de renda para as famílias; proporcionar evento de socialização entre as famílias. A equipe técnica do projeto é composta de duas Assistentes Sociais, uma Pedagoga, uma Professora e uma Psicóloga.

A maioria dos beneficiários eram trabalhadores rurais ou subempregados que moravam em casa própria, entretanto, estas eram de taipa sem nenhuma condição de habitabilidade. A faixa etária estava compreendida entre 21 a 78 anos, no que diz respeito ao grau de escolaridade são, em sua maioria, alfabetizados. O prazo estabelecido para as obras foi de 03 meses, sendo que foi executada pela Prefeitura Municipal de Moita Bonita. Durante a efetivação das obras foram oferecidos cursos de pintura, palestras e atividades grupais.

A avaliação do projeto era efetuada mensalmente, por meio de reuniões da equipe técnica com os parceiros envolvidos e comunidade beneficiária, utilizando-se como indicador a satisfação das famílias com a realização do projeto. Contou-se com a parceria do Centro de Referência de Assistência Social, da Associação Comunitária de Moita Bonita, das Secretarias de Obras e Urbanismo, da Assistência Social e da Saúde.

É imprescindível destacar que esse projeto não permanece mais em vigor porque já foi concluído, após ter cumprido seus objetivos. Ele foi realizado em parceria com a Caixa Econômica Federal que teve a função de transferir o valor correspondente de R\$ 28.616,36 (vinte e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil e trinta e seis reais), correlativos ao valor da obra para a Prefeitura Municipal, e também avaliou o relatório.

Após um longo percurso de análises e aproximações com a prática profissional, surgiu a oportunidade de efetivar o conhecimento teórico em consonância com a experiência adquirida ao longo de cinco semestres de Universidade. Durante a primeira experiência, o Estágio Supervisionado I, ocorreu o privilégio de intervir junto à Assistente Social nas mais diversas problemáticas sociais dos usuários, como por exemplo, encaminhamentos para o BPC/LOAS, conciliação familiar, visitas domicilia-

res nos mais diversos aspectos, dentre eles para averiguação de denúncia e aplicação do questionário do BPC na Escola, dentre outros.

Cabe salientar que tais acontecimentos engrandeceram de alegria e motivação a prática da assistência social, servindo para seguir confiante na busca pelo conhecimento constante de um curso tão fascinante como é o de Serviço Social. Ao tempo em que foi possível compartilhar o conhecimento adquirido no mencionado curso, tanto com cidadãos moitenses como com a Assistente Social e os demais funcionários da Secretaria de Assistência Social.

Nessa perspectiva torna-se imprescindível realizar uma breve retrospectiva da Política Setorial da Assistência Social, para que o leitor possa assimilar a junção entre a contextualização da assistência, sua evolução e sua efetivação em âmbito prático.

A Assistência Social surge no Brasil por meio de uma origem histórica pautada na filantropia, na caridade e na religião católica. Tais políticas permearam até a década de 1940, uma vez que por volta de 1947 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o intuito de atender a família dos cidadãos combatentes da 2ª Guerra Mundial. Aos poucos, ela foi crescendo e deixou de atender exclusivamente o público materno-infantil para acompanhar e abranger as demandas provenientes do desenvolvimento social e econômico do país, acolhendo consecutivamente a população inserida no contexto de vulnerabilidade social.

Diante de tais características, é válido destacar que a LBA estendia-se aos 26 Estados brasileiros e ao Distrito Federal, possuía aproximadamente 3.000 voluntários, constituindo os seguintes parâmetros: assistência social e judiciária; atendimento médico-social e materno-infantil; distribuição de alimentos para gestantes, crianças e nutrízes; assistência integrada a crianças, adolescentes e jovens, como creches e abrigos; qualificação e iniciação profissional; programas educacionais para o trabalho e liberação de instrumentos de trabalho; geração de renda, como projetos de desenvolvimento social; Programa Nacional de Voluntariado; assistência ao idoso, aos portadores de deficiência e ao desenvolvimento social e comunitário, dentre outros.

Em 1985, surge a necessidade de novas práticas inovadoras, demandando a precisão de políticas assistenciais mais ágeis e efetivas, voltadas para a realidade social vivenciada. Em virtude de tais circunstâncias, da luta de diversos grupos e movimentos sociais começou-se a discutir políticas públicas voltadas para inclusão de direitos sociais, mais especificamente garantia à seguridade social, à saúde, à assistência e à previdência social.

A Constituição Federal de 1988 é um marco central para as transformações vivenciadas no contexto histórico da assistência social brasileira, seu art. 194 vem assegurar os direitos "pré-estabelecidos anteriormente". Ela predispõe no capítulo da seguridade social, uma seção exclusiva para a Assistência Social. Com o surgimento dessas determinações, por meio da assistência social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado – LOAS, sendo que ficou estabelecido que as ações deveriam ser descentralizadas e participativas, estando a esfera federal responsável pela coordenação e as normas gerais, já os Estados e Municípios pela coordenação e execução dos programas, projetos, serviços e benefícios.

O projeto da LOAS foi encaminhado para o Congresso em 13 de julho de 1993, sendo aprovado por este em setembro e sancionado pelo Presidente Itamar Franco em 7 de dezembro daquele ano. A partir desse momento, inicia-se uma grande luta para a sua implementação.

A LOAS é uma política de seguridade social não contributiva, que propõe rescindir com uma longa tradição cultural e política, focando suas diretrizes no atendimento aos cidadãos inseridos num contexto de vulnerabilidade e pobreza. Ela também discorre sobre a introdução de mudanças globais na assistência social pública, transformando e criando novas estratégias e práticas com a sociedade. É imprescindível frisar que durante sua aprovação, a LBA estava presente em aproximadamente 4.000 municípios, sendo que até 1994 atuou em parceria com o *Conselho Nacional de Assistência Social* (CNAS) com o objetivo de implementar a LOAS, com a Secretaria de Promoção Humana, Estados e Municípios para construção da Política de Assistência Social e a Política Nacional do Idoso.

Em 1995 foi extinto o Ministério de Bem-Estar Social e criado, em substituição, a Secretaria de Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

O Conselho Nacional de Assistência aprovou em dezembro de 1998 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a primeira Norma Operacional Básica de Descentralização, sendo esta construída em parceria com Estados e municípios. Em virtude dessa parceria, incidiu-se a construção e implantação de 26 Conselhos e Fundos Estaduais de Assistência Social do Distrito Federal e aproximadamente 3.200 Conselhos e Fundos Municipais de Assistência Social.

A Secretaria de Estado da Assistência Social foi criada em 1999, sendo esta responsável pela implementação da PNAS, do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, pela Coordenação da Política Nacional do Idoso e pelo combate a pobreza e a exclusão social. Atualmente, em parceria com Estados e municípios ela vem aumentando o combate ao trabalho intenso e degradante, à prostituição infanto-juvenil, dentre outros aspectos de abrangência.

Em virtude da escassez de políticas que permitissem a normatização dos serviços executados no território nacional, o Governo Federal iniciou em 2003 parâmetros para a gestão de tal política no Brasil.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) foi criado pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 23 de janeiro de 2004. Sua estrutura regimental, os cargos de comissão, funções gratificadas e as competências de sua secretaria estão estabelecidas no decreto nº 5.550 de 22 de setembro de 2005. Sua missão está pautada nos seguintes parâmetros: promover o desenvolvimento social e combater a fome; aprovar orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Social de Transporte (SEST); coordenar e supervisionar a execução dos programas de transferência de renda, como, por exemplo, o Bolsa Família.

Com o intuito de assegurar à população uma assistência social pública de qualidade, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) implantou em 2004 um novo e egresso padrão de gestão para a efetivação de programas e benefícios socioassisten-

ciais, sendo este nomeado de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possui um modelo de gestão descentralizado e participativo, por ele são regulados, em todo o território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistências de caráter contínuo ou eventual, além de organizar os subsídios imprescindíveis para a efetivação da política pública de assistência social.

Esse novo modelo de gestão define as competências e responsabilidades das esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal e está sendo implementado por meio dos seguintes níveis de complexidade: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, que asseguram a aplicação autônoma dos recursos destinados fundo a fundo para os municípios. É formidável enfatizar que essa distribuição é um discernimento da operacionalização da LOAS.

Em resumidas palavras, o SUAS é um pacto realizado em parceria entre a União, Distrito Federal, Estados e municípios para a edificação de um sistema único e específico da assistência social. Sua importância está atribuída a um novo modelo de gestão, com um projeto que busca o direito social e consecutivamente a ruptura da escassez de efetivação dos direitos sociais.

O SUAS é organizado pelo MDS e coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social, sendo que fazem parte de sua integração os seguintes órgãos e membros: órgãos gestores, entidades e trabalhadores das três esferas federais; conselhos, fundos e conferências de assistência social; órgãos de gestão colegiada (instâncias de pactuação); representantes de gestores municipais e estaduais, como por exemplo, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (FONSEAS); fóruns de discussão política; usuários da Assistência Social.

O SUAS se divide em 04 níveis de gestão, estando estes catalogados em:

- ***Gestão Inicial***

Diz respeito à aderência do município em um sistema de grau preliminar, onde este possui a função de executar os serviços e administrar as transferências executadas antes da implantação do Sistema Único de Assistência Social.

- ***Gestão Básica***

Neste contexto o município se compromete em cobrir a proteção social básica e em abrir programas, projetos e serviços assistenciais que fortaleçam vínculos comunitários.

- ***Gestão Plena***

Ao inserir-se nesse parâmetro, o município possui plena autoridade para executar a gestão geral das ações desenvolvidas na assistência social.

- ***Níveis de Proteção Social***

Nesse sentido é imprescindível enfatizar que a proteção social na conjuntura da assistência, diz respeito ao enfrentamento dos riscos, vulnerabilidades, fragilidades e

contingências direcionadas aos indivíduos ao decorrer de seu ciclo biológico e social de vida; sendo que ela é caracterizada como prevenção ao agravamento da vulnerabilidade e a proteção social básica perpetua a redução de riscos sociais no território, já a especial exprime a garantia de condições dignas de vida.

Esse nível desfaz a concepção de que o usuário da Política Nacional de Assistência é composto por grupos de indivíduos exclusivamente carentes.

No sentido de fortalecer o Programa Fome Zero, o SUAS atua em parceria com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com a Renda de Cidadania. Essa junção à medida que busca a inclusão social possui como principal objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos menos favorecidos e excluídos da esfera social.

A PNAS foi aprovada em 2004 e possibilitou a transição histórica de “favores” do Serviço Social para uma prática de direitos sociais, uma vez que ela instiga a distribuição de renda, trabalho social e projetos de geração de renda para os indivíduos em geral. Ou seja, ela inova diversos aspectos como a estruturação da assistência em níveis de proteção à medida que possui como base a referência à família e leva em consideração as diversidades locais e regionais.

A PNAS, também, permite o acesso a serviços e benefícios assistenciais aos cidadãos “discriminados” na sociedade, favorecendo de certa forma uma rede de benefícios voltados para os indivíduos que estão historicamente inseridos no contexto de vulnerabilidade social. Essa política excede a atenção restrita exclusivamente aos mais pobres e reconstrói seu foco a partir das necessidades sociais, inseridas nos níveis de classificação dos municípios em portes específicos para sua execução, conhecidos como “portes da PNAS/2004”, como demonstra o Quadro 1 abaixo:

Quaro 1 – Classificação de Municípios por Porte (PNAS 2004)

CLASSIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS POR PORTE (PNAS 2004)		
Classificação dos Municípios (habitantes)	Municípios no Brasil	População (habitantes)
Pequeno I (até 20.000)	3.994	32.952.033
Pequeno II (de 20.001 a 50.000)	1.008	30.422.831
Médio (de 50.001 a 100.000)	309	21.658.922
Grande (de 100.001 a 900.000)	237	57.111.351
Metrópoles (mais de 900.000)	16	39.435.887

Fonte: IBGE, 2000

A PNAS, em consonância com o capítulo II, seção I, artigo 4º estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social, possui os seguintes princípios:

- I-Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II-Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III-Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV-Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V-Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seus objetivos estão pautados nos seguintes aspectos:

[...] prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços assistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais; e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência família e comunitária.

No município de Moita Bonita as atividades socioassistenciais são desenvolvidas por meio do atrelamento e interação existente entre a Secretaria de Assistência Social e o CRAS I e II. Os programas, projetos, benefícios e serviços são executados na sede e em grande parte dos povoados, sendo que estes se concretizam em favor dos usuários.

Os serviços prestados aludem para a produção e execução de ações continuadas, por um período indeterminado, sendo estes direcionados para a população usuária da assistência social. Em consonância de tais aspectos, existem níveis de proteção social, os quais serão citados a seguir:

- Proteção Social Básica (PSB);
- Proteção Social Especial (PSE);
- PSE de Média Complexidade.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho de Moita Bonita atende um a um público que corresponde à população que se encontra em riscos sociais e consecutivamente inseridos no contexto de vulnerabilidade social; ela, em conjunto com o Serviço Social realiza inúmeras ações, projetos e benefícios para esses indivíduos, como já foram mencionados de forma minuciosa ao decorrer do texto, dentre elas destacam-se os de BPC, atendimentos individuais, encaminhamentos e visitas domiciliares.

O maior objetivo do Serviço Social nessa instituição é desenvolver ações fortalecedoras em conjunto com os indivíduos, com o intuito de prevenir a violação dos direitos sociais, consecutivamente, tornando-se mediadora entre os serviços desenvolvidos pela instituição e as necessidades provenientes do usuário.

Diante de todo este contexto histórico abordado, ficam claramente notório alguns aspectos que mereciam maior ênfase no município, em virtude de serem consideradas como problemáticas sociais da cidade de Moita Bonita, estando estas pautadas em: escassez de fontes empregadoras que atendam aos parâmetros populacionais que deviam ser inseridas como população ativa; capacitação dos indivíduos que sobrevivem da subsistência da agricultura, sendo esta a maior fonte econômica da localidade, seguindo do transporte de cargas (caminhoneiros); acomodação da população em participar de programas e projetos que não ofereçam diretamente lucro econômico; escassez de grandes indústrias que proporcionem geração de força de trabalho e, consecutivamente de renda, em virtude de possuir apenas pequenas indústrias; carência de palestras socioeducativas sobre temas ecléticos, como gravidez na adolescência, drogas, direitos sociais, dentre outros.

Ao decorrer do Estágio Supervisionado I foram diagnosticadas determinadas características que permeiam no município, ao tempo em que identificadas algumas problemáticas sociais na Secretaria de Assistência Social e do Trabalho de Moita Bonita -SE, dentre elas podem-se destacar:

- Espaço físico insuficiente da instituição, uma vez que os funcionários não têm um ambiente individual para que possam realizar determinadas ações privativas, como por exemplo, a sala do Assistente Social é dividida com um técnico administrativo e um Agente da Secretaria de Segurança Pública. Em decorrência de tal problemática, sempre que ocorre a necessidade de um diálogo mais privado, o profissional destina-se a sala da secretária, onde há uma maior comodidade para a situação;
- Índices alarmantes de usuários que convivem há muitos anos em união estável, dificultando quando necessário a comprovação documental da convivência;
- Falta de motivação dos beneficiários do Bolsa Escola em participar dos programas disponibilizados, em decorrência de na maioria das ações não permear diretamente uma retribuição econômica;
- Embora a renda básica da cidade esteja atrelada aos caminhões, e principalmente a prática da agricultura, a maioria dos trabalhadores não contribuem com a Previdência Social, seja diretamente a este órgão (autônomos e caminhoneiros), ou por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moita Bonita-SE. Tais acontecimentos dificultam constantemente os tramites burocráticos quando ocorre a necessidade de, por exemplo, afastamento do trabalhador em decorrência de acidente de trabalho ou aposentadoria.

- Muitas famílias principalmente da zona rural se encontram em estágio de precariedade, sobrevivendo basicamente do Bolsa Família, e outros do benefício BPC/LOAS por invalidez de trabalho (idosos e deficientes);

- Os usuários dos serviços ofertados pela Secretaria de Assistência Social detêm uma imensa confiança no Assistente Social;

- Os cidadãos moitenses procuram em grande frequência o Assistente Social para orientá-los quanto aos direitos que possuem em pagar em pensão alimentícia, e principalmente em receber;

- “Escassez” de oportunidade de trabalho, principalmente para os jovens;

Outra grande problemática existente no município é a falta de motivação dos estudantes em se especializarem em uma área após o término do ensino médio, ao tempo em que o modelo sociocultural vigente impõe de forma direta ou indireta que os jovens, ao concluírem o ensino descrito anteriormente, que obtiverem força de vontade em dar continuidade aos estudos devem inserir-se “obrigatoriamente” em universidades.

Tais atribuições acarretam de certa forma em discriminação com os cursos técnicos e em muitas situações problemas psicológicos nos adolescentes, por se sentirem incapazes, por não terem conseguido passar no vestibular ofertado pela Universidade Federal de Sergipe, pois, a maioria não possui condições de pagar universidades privadas.

Em consonância dessas determinações, justifica-se a necessidade de um projeto de intervenção no município que demonstre aos jovens adolescentes de faixa etária entre 16 e 21 anos, os benefícios que eles podem abstrair tanto nos cursos acadêmicos que oferecem a eles uma “maior estabilidade”, quanto em cursos técnicos já que o município demanda a necessidade de mão de obra, como, por exemplo, de padeiros, pedreiros, costureiras, eletricitistas etc. É de extrema necessidade destacar que a Secretaria de Ação Social e do Trabalho de Moita Bonita-SE oferta gratuitamente alguns cursos profissionalizantes.

O Projeto “Educando para o Futuro” será realizado no auditório da Secretaria de Educação de Moita Bonita e tentará sensibilizar aos alunos do 2º e 3º ano do Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz quanto aos benefícios de se especializarem em alguma área, mostrando-lhes os aspectos positivos das especializações tanto em cursos técnicos, como em universidades. Além de demonstrar a equipe docente e a técnica pedagógica da instituição, a necessidade em incentivar os alunos.

Para uma realização mais eficaz e com o intuito de focar a atenção do público alvo além de palestras socioeducativas, será realizada também uma parceria com o PROJOVEM Trabalhador para que os alunos que fazem parte da integração do município de Moita Bonita-SE montem tendas sobre algumas áreas profissionalizantes, mostrando o tempo de duração, a remuneração e o mercado de trabalho, assim como suas experiências profissionais sobre cada área.

3 AÇÕES E OBSTÁCULOS VIVENCIADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO DE MOITA BONITA/SE

Durante a efetivação do Estágio Supervisionado II, ocorreram inúmeras ações socioassistenciais, a exemplo de reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos para o BPC, dentre outras atribuições. No entanto, na sua prática, deu-se maior respaldo, principalmente por parte da Estagiária de Serviço Social a elaboração e execução do Projeto de Intervenção “Educando para o Futuro”, levando-se em consideração o diagnóstico social, construído ao decorrer do estágio anterior.

Após inúmeras análises e planejamentos acerca do mesmo, definem-se as ações a serem efetivadas para alcançar êxito no objetivo proposto. Por conseguinte, inicia-se no mês de março, mas precisamente entre os dias 19, 24, 25, 26 e 28 a primeira etapa desta intervenção, a qual objetivou munir a população moitense, especificamente os jovens, da documentação necessária, para inserir-se no mercado de trabalho formal e exercerem seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

As intervenções realizadas ao decorrer destes dias, em parceria com o Centro de Atendimento ao Cidadão (CEAC) Móvel, a S Mast e o Fórum Distrital da Comarca de Ribeirópolis – Fórum Eleitoral foram verdadeiramente um sucesso, superando as expectativas e abrangendo um público-alvo acima do esperado e de distinta faixa-etária.

Ao longo dessa execução foram realizados inúmeros serviços, tais como, aquisição de 1ª e 2ª via carteira de identidades; 1ª e 2ª via de Certidões de Nascimento; 2ª via de Certidões de Casamento; Carteira de Trabalho; Carteira de Passe Livre para Deficientes e Idosos; Alistamento de Serviço Militar; Emissão, Transferência, Revisão e 2ª Via do Título Eleitoral; IPESAÚDE etc. Podemos visualizá-los de maneira mais minuciosa no relatório enviado pela equipe diretiva do CEAC Móvel, explicitando o quantitativo de serviços de forma individual, o tempo médio de deslocamento, atendimento e espera, total de senhas emitidas, canceladas e atendidas.

É válido salientar, que ocorreu uma ampla divulgação desta Mobilização Social, sendo realizada oralmente no Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz (público-alvo), na distribuição de folhetos nos principais órgãos da cidade e também por meio de sonetas em carros de som. É de extrema necessidade mencionar que a execução foi realizada na “Orla do Açúde” (CEAC Móvel) e na Câmara dos Vereadores de Moita Bonita (aspectos eleitorais/ Fórum).

Após o término desta primeira etapa, inicia-se uma nova análise minuciosa acerca da ultima etapa do projeto, ocorrido especificamente nos dias 21 e 24, com aquisição gratuitamente de carteiras de Identidade e no dia 25 do referido mês, com uma breve apresentação do projeto, seguindo de palestras socioeducativas.

É imprescindível enfatizar que a aquisição de Carteiras de Identidade novamente na segunda etapa do projeto, ocorreu para que pudéssemos nos certificar ainda mais de que os objetivos da primeira etapa da execução foram realmente alcançados. Não diferentemente do esperado, a demanda foi pouca, comprovando mais uma vez a amplitude e eficiência do trabalho desenvolvido nas intervenções anteriores.

A última execução ocorreu no dia 25 de maio de 2010 no auditório da Secretaria da Educação do município estudado, tendo como eixo orientador “O Poder da Influência Cultural no Espaço Social”, ministrada pela acadêmica de Serviço Social Viviane Mota de Gois e “Empregabilidade” ministrada pelo licenciado em Ciências Biológicas, professor da rede de ensino privada e do PROJOVEM Trabalhador o Sr. Sandro Mota de Gois.

Jamais poderíamos deixar de mencionar, dentro desta discussão, que ocorreram alguns imprevistos nesta execução, dentre eles a substituição da palestra “Os Benefícios da Inserção de Jovens em Universidades e Cursos Técnicos” programada com o Coordenador do PROJOVEM Trabalhador do Agreste Central, o Sr. Flávio Ramos da Silva, pela de “Empregabilidade”. Tal mudança ocorreu em virtude de imprevistos muito próximos ao horário da culminância do projeto.

Com o intuito de não desfocar do objetivo proposto, ambos os palestrantes realizaram ao longo das discussões uma conexão com a palestra desmarcada, almejando assim, uma maior abrangência nas discussões, já que em vez de dois eixos orientadores, foram efetivados três.

Ao longo da tarde, ocorreu também a efetivação de três oficinas profissionalizantes do PROJOVEM Trabalhador do município, sobre “Alimentação”, “Construção e Reparos II” e “Serviços Pessoais”, sendo ofertados serviços a toda a população moitense presente no estabelecimento e uma abordagem discursiva acerca do tempo de duração, a remuneração e o mercado de trabalho destas áreas profissionalizantes.

Após o término da execução, ainda foi realizado por parte da estagiária e acadêmica Viviane Mota de Gois, a divulgação no site da Prefeitura Municipal de Moita Bonita-SE da execução do Projeto, assim como as providências cabíveis para elaboração de um certificado para os docentes e discentes envolvidos na execução do Projeto de Intervenção “Educando para o Futuro”, servindo como incentivo para construção de um curriculum consistente que atenda as exigências do mercado de trabalho.

Cabe explicitar, mais uma vez, finalizando a discussão acerca do Estágio Supervisionado II/ Projeto de Intervenção “Educando para o Futuro”, a importância de sensibilizar os jovens quanto ao prosseguimento em especializações após o término do ensino médio, e consecutivamente os benefícios que irão adquirir tanto nos cursos técnicos como em cursos acadêmicos.

4 CONCLUSÃO

O Estágio Curricular é uma ferramenta que contribui significativamente para a formação de distintas áreas de atuação do profissional. É acoplado a este, que o estagiário e acadêmico de Serviço Social consegue realizar uma espécie de investigação teórica-metodológica acerca da abrangência do trabalho, atribuições e dificuldades enfrentados pelo Assistente Social em seu âmbito de trabalho/ cotidiano.

As etapas vivenciadas ao decorrer desta riquíssima experiência são essenciais para uma formação coesa e consistente desse futuro profissional (estagiário). É dentro desta concepção, que o acadêmico consegue perceber que teoria e prática são indissociáveis, sendo esta última apenas um conjunto de revezamentos

que servem para “atravessar o muro”, já a teoria é uma caixa de ferramentas que deve funcionar a partir de um monitoramento de uma pessoa. Sendo necessário, portanto, saber utilizar essa caixa de ferramentas (teoria) para vencer os empecilhos existentes na prática, como muito bem explica Foucault (1979), em seu livro *Microfísica do Poder*.

A experiência de observar, analisar, refletir e muitas vezes até indagar sobre determinadas situações, foi extremamente enriquecedora para o fazer profissional. Paralelo a tal concepção, inúmeras amizades foram conquistadas ao longo dos dois semestres de experiência (Estágio Supervisionado I e II), tanto da própria SMAST, como no decorrer das intervenções, principalmente no decorrer das visitas domiciliares, possibilitando refletir criticamente acerca de ações implementadas. No que concerne à avaliação final da experiência do estágio, este foi um momento singular, o qual possibilitou adquirir e ampliar a reflexão teórica-metodológica inesquecível.

Assim, diante da abordagem explícita decorrente do Relatório de Estágio Supervisionado I e II, e vivenciada durante a sua execução, resta salientar a experiência singular adquirida ao longo deste período. Conhecimentos absorvidos em curto período de tempo, superando inclusive as expectativas sobre a prática do estágio e o reconhecimento enquanto profissional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nataly Rafaelly dos Santos; CUNHA, Andréa de Oliveira. **Relatório de estágio supervisionado I**. Aracaju: UNIT, 2009

DICIONÁRIO DE CIDADANIA. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/site/dicionario_de_cidadania/>. Acesso em: 23 set. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOAS. **Lei orgânica da assistência social**: legislação suplementar. 3.ed. Brasília: Ministério da Assistência Social, 2016.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2009.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>. Acesso em: 18 set. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/revisoes_bpc/bpc-na-escola>. Acesso em: 18 set. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-deerradicacao-do-trabalho-infantil-peti>>. Acesso em: 18 set. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Política nacional de assistência social – PNAS/2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

SOCIAL POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA. Disponível em: <http://www.mpes.gov.br/anexos/centrosapoio/arquivos/11_2094171243852009_1_1_historico_politico_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MOITA BONITA - 1999 a 2007.

Data do recebimento: 10 de novembro de 2017

Data da avaliação: 23 de novembro de 2017

Data de aceite: 12 de dezembro de 2017

1 Acadêmica do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT.

E-mail: vm.gois@hotmail.com

2 Pós-graduada em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2009); Bacharel em Serviço Social graduada pela Universidade Tiradentes – UNIT (2007); Professora na Universidade Tiradentes – UNIT; Técnico administrativo da Universidade Federal de Sergipe - UFS. E-mail: madyegabi@yahoo.com